

2. A produção e reprodução do espaço urbano



Enseada de Botafogo, Rio de Janeiro - 2009

A análise que nos propomos aqui é a da produção e reprodução do espaço dentro da perspectiva do materialismo histórico dialético, buscando entender de que forma o espaço é produzido pela sociedade urbana, partindo da concepção de que o espaço é produzido a partir de relações sociais de produção marcadas pela atuação dos atores sociais. Para isto, realizamos uma análise baseada no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, aproximando toda a discussão teórica da realidade empírica observada. Entendemos aqui que é necessária esta construção do pensamento de forma bastante reflexiva, buscando na teoria a análise mais completa da realidade contemporânea, mas em nenhum momento descolada da prática e da totalidade.

Para isto, utilizaremos como base as discussões de Henri Lefebvre, David Harvey, Karl Marx e outros autores que discutem o urbano a partir da visão dialética. Estes autores nortearão toda a pesquisa aqui desenvolvida e fornecerão nossas bases teóricas pelas quais guiaremos o nosso olhar para a realidade urbana da cidade do Rio de Janeiro.

O urbano, segundo Carlos (1994, p. 14), é entendido como condição geral de realização do processo de reprodução do capital, além de produto desse processo. O urbano, portanto, é visto aqui, principalmente, como *“produto de contradições emergentes do conflito entre as necessidades da reprodução do capital e as necessidades da sociedade como um todo”*. A cidade do Rio de Janeiro, e especificamente a Zona Sul da cidade, refletem bem esta realidade, um urbano marcado pela contradição, pela intensa desigualdade e segregação, tendo como expressão máxima a presença de áreas de favelas nos bairros em estudo.

É importante aqui ressaltar que a presença de favelas nos bairros voltados para classes média e média-alta não se configura como a única expressão de conflitos de interesses entre o capital e o social nesta área da cidade¹, mas que colocamos as favelas aqui em evidência como foco

¹ Como exemplo podemos citar a questão da proteção ao patrimônio cultural e histórico do Rio de Janeiro, no que se refere a documentos, obras e locais de valor histórico, artístico e arqueológico, o que tem causado muitas discussões entre os interesses da população e os interesses do Estado. Bairros tradicionais da Zona Sul têm passado pelo processo de tombamento de imóveis particulares, como Flamengo, Botafogo, Catete, Glória, entre outros.

da pesquisa. A paisagem da Zona Sul fica muito marcada por estas desigualdades, e a favela se torna um símbolo destas na paisagem urbana dos bairros da Zona Sul.

Foto 01 – Favela Pavão-Pavãozinho



Foto: Marta do Nascimento, novembro de 2009.

Vista da Avenida Atlântica, esquina da Rua Almirante Gonçalves. Destaque para a presença da favela Pavão-Pavãozinho na encosta do morro, paisagem que pode ser vista da Praia de Copacabana e da Avenida Atlântica, principal avenida do bairro de Copacabana, onde se localizam hotéis e restaurantes de luxo.

O espaço urbano do capitalismo, portanto, reflete uma contradição fundamental, que se expõe claramente na forma urbana: o conflito de interesses entre o capital e o social. Salientamos aqui que o espaço geográfico, é visto como produto de relações baseadas na divisão do

trabalho, ou seja, na produção material do homem, na forma como o homem busca na natureza os seus meios de existência (MARX, ENGELS, 1932, p. 11). Ocorre, portanto, em um determinado momento histórico, fundamentado na acumulação técnico-cultural e em uma relação dialética entre o velho e o novo, sendo este um processo de produção e reprodução. Carlos (1994, p. 34) entende que

na discussão do espaço como produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro se refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação do capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral.

A morfologia urbana da cidade do Rio de Janeiro é marcada por essa contradição entre os interesses do capital e os interesses sociais. Uma cidade que foi durante muito tempo o mais importante foco político do país e onde todas as intervenções urbanas que ocorreram foram voltadas para atender a grupos sociais abastados, não ocorrendo políticas habitacionais eficazes para atender a demanda da população pobre e a população que chegava à cidade. Esta falta de preocupação com a questão habitacional deixa marcado na morfologia urbana um aparente caos, uma desordem. Atualmente, misturam-se no espaço urbano áreas abandonadas pelo capital e pelos investimentos do Estado, principalmente na área central, áreas voltadas para uma população pobre, áreas faveladas e áreas que refletem com grande expressão a riqueza e a modernidade.

Para evidenciar a contradição na produção e reprodução do espaço urbano em uma grande cidade como o Rio de Janeiro, é necessário entender aqui algumas discussões que permeiam a produção do espaço urbano, como o papel do espaço, o espaço como produto de relações sociais, a influência da dimensão espacial na produção do espaço, a apropriação e dominação no urbano, entre outras questões.

2.1 - O papel do espaço: o espaço como fonte de poder social²

Nestas considerações torna-se importante enfatizar o papel da dimensão espacial na reprodução da sociedade, a partir do que se entende por espaço na perspectiva do materialismo dialético, onde cabe buscar a forma, o conteúdo, o movimento, o simbólico e a contradição. Nesta perspectiva, o espaço deixa de ser um receptáculo e passa a ter um papel importante na reprodução da sociedade. As formas materiais influenciam a práxis, e o controle das formas é fundamental para a prática do poder e para a apropriação e domínio do espaço. O espaço, sua materialidade e as significações que se constroem dessa materialidade são a expressão da sociedade, mas também influenciam a reprodução da sociedade.

Lefebvre (2008, p.26) vê o espaço como um produto social, que assume uma realidade própria, de acordo com o modo de produção e a sociedade presente. O espaço como produto serve como uma ferramenta para a ação e para o pensamento, funcionando como um meio de produção, de controle e de dominação. O autor vê o espaço como produto da sociedade, o espaço sendo *“um modo e um instrumento, um meio e uma mediação. (...) O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial”*.

Nesta mesma direção, Soja (1983, p.38) apresenta uma concepção materialista da espacialidade, utilizando-se do método dialético, vendo a espacialidade como uma força importante na produção e reprodução das relações sociais, sendo a espacialidade para ele a forma material das relações sociais de produção, a expressão territorial concreta da divisão do trabalho. Afirma que

² A idéia de poder social está ligada a *“capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos”*; no caso mais específico, na *“capacidade do homem em determinar a vida do homem: poder do homem sobre o homem (...) a capacidade de um governo de dar ordens aos cidadãos . O homem não é só sujeito, mas também objeto do poder social”*. O poder social é exercido a partir da vida em sociedade. *“Não existe poder se não existe, ao lado do indivíduo ou grupo que o exerce, outro indivíduo ou grupo que é induzido a comportar-se tal como aquele deseja”* (BOBBIO et al, 1998, p. 933-934).

O espaço social e político tornou-se cada vez mais reconhecido como uma força material (e não material, isto é, ideológico) influente, ordenando e reordenando as próprias relações sociais produtivas. Longe de ser um reflexo passivo, incidental, um “espelho”, a espacialidade tornou-se ativa como uma estrutura concreta e repositório de contradições e conflitos, um campo de luta e estratégia política. As relações sociais e espaciais, a divisão social e espacial do trabalho, a práxis social e espacial estão deste modo interativamente engajadas e concatenadas, ao invés de reduzidas a simples gênese-reflexo, causa inicial e efeito subsequente.

Thrift (2007, p. 96) se volta para a construção de um conceito de espaço que deixe claro a dimensão material, subjetiva e o movimento. O autor nos apresenta o espaço como uma construção contínua que se dá através da ordenação de coisas encontrando-se mutuamente de forma mais ou menos organizada. O autor constrói uma visão relacional do espaço, em que é visto como um receptáculo no qual o mundo avança, mas também como co-produto dos processos, ressaltando a importância de se entender o espaço como construção da sociedade e que conseqüentemente tem influência sobre esta.

A cidade assim pode ser vista como uma produção contínua da sociedade, que materializa na paisagem diferentes períodos de reprodução das relações sociais. Em grandes cidades, diferentes períodos de reprodução do capital, de maior ou menor intensidade, estão refletidos na paisagem e contribuem para criar novas relações sociais de produção. Em diversas áreas da cidade do Rio de Janeiro é possível entender este processo, locais onde o espaço foi amplamente apropriado pelo capital em associação com o Estado, que é o caso da Zona Sul da cidade, e outros onde a reprodução do espaço se desenrolou a parte, onde não houve interesse do capital e, conseqüentemente, estiveram completamente à parte de intervenções políticas. Conforme exemplifica Kleiman (2002, p. 128), no Rio de Janeiro, o início da distribuição dos investimentos em infra-estrutura foi muito desigual, sendo muito concentrados nos espaços de camada de renda alta, principalmente em termos de água e esgoto.

Outra autora que também contribui para esta discussão é Massey (2008, p. 89), quando afirma que o espaço deve ser entendido como uma produção aberta e contínua, chamando a atenção para a incorporação da idéia de movimento, de contínua construção do espaço. A autora entende o espaço como *“uma multiplicidade discreta, cujos elementos, porém, estão, eles próprios, impregnados de temporalidade. Uma contemporaneidade estática foi rejeitada em favor de uma multiplicidade dinâmica”*. Para Massey (2008, p. 94), também deve-se levar em consideração as experiências, a construção subjetiva do espaço, e aponta que a verdadeira relevância do espaço são *“as múltiplas coletâneas de outras trajetórias e a necessária mentalidade aberta de uma subjetividade espacializada”*.

Outro autor que aponta a importância da análise espacial no processo de produção e reprodução das relações sociais é Santos (2008, p. 63), que considera que *“o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”*.

Fica claro nas idéias apresentadas acima como o autor vê o espaço, sendo impossível separar as formas materiais das técnicas aplicadas sobre elas e das ações do homem. O espaço para o autor é sempre este conjunto, que está constantemente interagindo, com os objetos condicionando as ações e as ações criando novos objetos e dotando-os de funcionalidades.

A idéia de sistemas de objetos e sistemas de ações é bastante abrangente. Os sistemas de objetos não são simplesmente as coisas que existem, pois as coisas passam a ser objetos quando são dotadas de intenção social, sendo produto de uma elaboração social, da técnica atuando naquele momento histórico. Os sistemas de objetos são, portanto, aqueles objetos utilizados pelo homem, com a intenção da prática social, que estão em interação direta com a sua atuação, o que acaba por incluir entre os objetos a natureza, quando esta torna-se objeto de valor social, passível de ser utilizado.

Nos sistemas de ações o autor chama a atenção para a intencionalidade da ação. A ação é um processo dotado de propósito, orientado pela práxis social, e “*as práticas são atos regularizados, rotinas ou quase rotinas, que participam da produção de uma ordem*” (SANTOS, 2008, p. 79). O autor ressalta ainda que a ação está cada vez mais estranha aos fins próprios do homem, sendo necessário diferenciar a escala da realização da ação da escala de seu comando, ou seja, a intencionalidade não está diretamente ligada a quem realiza a ação, podendo partir de terceiros. O autor também enfatiza a importância de se analisar os processos que formam o espaço, incorporando o movimento à análise espacial.

Santos vê o espaço como uma totalidade que está sempre em movimento, sempre se recriando, e formando uma nova totalidade. “*É o espaço que, afinal, permite a sociedade global realizar-se como fenômeno*” (SANTOS, 2008, p. 119).

Torna-se aqui importante retornarmos às idéias de Lefebvre, pois a contribuição filosófica deste autor sobre uma teoria marxista do espaço também é de grande relevância para a Geografia. Lefebvre defendeu a idéia de uma teoria do espaço que estudasse a dimensão real e a dimensão ideal do espaço, ou seja, o objetivo e o subjetivo, sendo importante, portanto, considerar o imaginado na dimensão espacial. Muitas das idéias de Milton Santos se aproximam bastante de Lefebvre, que vê o espaço como fonte fundamental de poder social na vida cotidiana, enfatizando o papel do capitalismo e da ideologia em torno dele como os produtores do espaço. O autor nos apresenta uma importante contribuição quando insere a dimensão simbólica, fornecendo uma importante tríade conceitual para se analisar o espaço do homem, uma contribuição das três dimensões do espaço: *a prática espacial*, que engloba a produção e a reprodução da sociedade, o espaço percebido da realidade cotidiana; *as representações do espaço*, que diz respeito às relações de produção e a ordem que as impõe, é o espaço concebido, relativo ao conhecimento e ao poder, nos remetendo a Santos (2008) quando este fala de ações que são estranhas ao próprio homem; e *os espaços de representação*, englobando os símbolos e os códigos,

também ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, é o espaço vivido através de símbolos que o acompanham (Lefebvre, 1994, p. 33). A concepção dessas três dimensões do espaço nos serve como análise, mas estes devem ser vistos sempre juntos, ocorrendo simultaneamente. Para o autor, somente o entendimento destas três dimensões do espaço – o percebido, o concebido e o vivido – nos confere uma análise mais completa do espaço.

Lefebvre também considera o papel ativo e passivo do espaço na reprodução da sociedade. O autor vê o espaço como o local passivo das relações sociais e de seus desdobramentos, mas nos aponta que ele também tem um papel “ativo”, pois serve como instrumento para as forças hegemônicas; inclusive, como é produzido com intencionalidades, exerce forte papel no cotidiano da sociedade. Trazendo estas considerações para o empírico, podemos observar que no Brasil a posse da terra sempre foi utilizada como ferramenta de controle das classes sociais mais desfavorecidas, que dependiam da terra para garantir sua sobrevivência, o que aponta intensa contradição na reprodução do espaço no país, visto que a terra sempre esteve concentrada nas mãos de poucos proprietários, que adquiriam assim grande importância política no local.

Historicamente, a formação espacial brasileira sempre esteve baseada na posse da terra, e a transição para uma economia urbana vai gerar intensos conflitos, mas que ainda estão ligados a mesma fonte: a propriedade da terra, as mudanças nos meios rural e urbano e ao papel do estado na regulação da terra. Segundo Moreira (2005, p.18-19), a chegada da indústria na cidade trouxe diferentes reivindicações, principalmente quanto à redistribuição da terra e o direito a moradia na cidade. O surgimento de novos atores traz à tona diferentes discussões, que vão acirrar a luta pela posse da terra no Brasil, tanto no meio rural quanto no urbano

O espaço geográfico, portanto, engloba a materialidade, a subjetividade, o real e o imaginado, os objetos e as ações, sempre vistos de forma interligada, é esse o espaço que nos serve aqui, o espaço do movimento das sociedades, e é nesta dimensão que pretendemos analisar determinados conflitos e contradições que se desenrolam no

espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. A subjetividade a que nos referimos aqui é a materialidade dotada de significação, sendo assim específica para cada grupo social, e essa relação materialidade/subjetividade nos servirá como ponto de partida para buscarmos entender o papel atual do espaço na sociedade e os conflitos e contradições que estão expressos no espaço.

O espaço, conforme nos apontaram os autores, influencia a prática social, e seu controle é fundamental para a prática do poder. O espaço, sua materialidade e as significações que se constroem dessa materialidade, colaboram para determinar a reprodução da sociedade.

No Rio de Janeiro, as formas na morfologia urbana e as representações que se faz delas marcam uma sociedade desigual e contribuem para a manutenção dessa desigualdade no imaginário social. A estigmatização do favelado e da violência associada às áreas faveladas contribuem para manter a dualização e os conflitos entre os diferentes grupos sociais no cotidiano. A opinião pública, na forma da imprensa, coloca hoje a favela como o grande problema urbano, e defende seu controle de forma mais efetiva pelo Estado. Sobre a estigmatização da favela associada a violência, Ribeiro (2004, p. 35) considera que

as representações sobre as causas da violência, ao atribuí-las à existência de um estado de anomia prevalente nas favelas e bairros pobres, concorrem eficazmente para a construção de imagens coletivamente apropriadas que impedem as camadas populares de transformar o acesso aos valores da ordem igualitária em fermento para se constituírem em atores sociais legítimos. Ao mesmo tempo a adoção das classes médias de um comportamento de secessão urbana, traduzido na busca de fronteiras simbólicas e materiais que as separem do mundo das classes populares.

Na cidade do Rio de Janeiro, a questão da violência urbana ganha enfoque cada vez maior e a associação das áreas faveladas como *locus* da violência e da marginalidade contribui para aumentar a distância simbólica entre a população urbana e a população favelada, entre a chamada população do “asfalto” e da favela. Esta própria denominação já

representa uma separação entre a cidade legal e a cidade ilegal, um afastamento simbólico entre mundos com cotidianos tão diferenciados. O que determina a reprodução desses espaços diferenciados é a forma como cada grupo social vai se apropriar do espaço, ou a forma como o espaço está sendo concebido.

A questão da apropriação da sociedade sobre seu espaço é bastante relativa. Como vimos, a imposição de uma materialidade a um determinado grupo não significa que aquele espaço tenha o mesmo significado para todos os grupos. O que vai ser importante é se aquele grupo se apropria realmente daquele espaço ou não, se as formas presentes ali foram concebidas por e para eles, e é essa apropriação que vai determinar sua importância na sociedade como um todo.

Conforme nos aponta Souza (1997, p. 26),

o espaço é a base de sobrevivência, fonte de poder e, por via da consequência, alvo de cobiça e desejo de apropriação e controle. A isso se deve adicionar a importância não apenas “instrumental”, militar ou econômica (...) de um espaço, mas também a sua relevância cultural para um grupo.

Diferentes espaços são apropriados de diferentes formas por diferentes grupos, tanto grupos religiosos, étnicos, classes sociais, entre outros. Cabe aqui retomar a Lefebvre no que tange à diferenciação/relação entre as representações do espaço e as os espaços de representação, entre o espaço que pode ser imposto e o que é realmente vivido pelos indivíduos. Se o espaço é concebido pelas mesmas pessoas que vão estar presentes neste espaço, o controle é mais efetivo; conforme nos aponta Ferreira (2007, p. 203), “*se as práticas espaciais forem concebidas pelos moradores do lugar, desmancham-se os fetiches, pois o espaço carrega em si a dominação por meio das formas*”.

Harvey (2005, p. 206) também dá enfoque a essa questão, considerando como fato “*as relações de poder sempre estarem implicadas em práticas temporais e espaciais*”. Os autores referenciados

nos deixam clara a idéia de que o domínio do espaço é uma importante fonte de poder social sobre a vida cotidiana.

Essa discussão a respeito do espaço como fonte de poder social é profunda e muitos autores já se dedicaram a esse tema, em que muito se discute o papel do capitalismo como poder hegemônico mundial sobre o espaço. O que concordamos aqui é que o domínio do espaço é fundamental no cotidiano dos grupos e que em geral ele é imposto pelos grupos dominantes por meio das formas e dos usos impostos às formas, mas ao mesmo tempo existem alguns exemplos de resistência de grupos quanto ao que é imposto a eles; e essa resistência pode vir a se materializar por meio da criação de novas formas ou das novas funções e usos atribuídas às formas já existentes. Aqui podemos citar como exemplo as diferentes formas de apropriação ilegal de moradias na cidade, como as favelas, a invasão de prédios públicos, os movimentos sociais, entre outros, que representam uma forma de resistência ao que está sendo concebido no espaço. O espaço, portanto, é construído e reconstruído pela experiência cotidiana das pessoas, tendo estas também sua reprodução influenciada pelo próprio espaço.

Esta última afirmação nos aponta uma outra questão que pode aqui ser pensada: como se constroem essas experiências cotidianas, a vivência do lugar? Em uma visão mais geral, mais global, a reprodução do espaço parece seguir uma lógica, a lógica da acumulação capitalista e da segregação de grupos excluídos desta lógica, e se observa esse fato principalmente nas grandes cidades capitalistas. Mas quando buscamos analisar a dinâmica dos lugares, vemos que apresentam características distintas, que os caracterizam como um lugar específico, e que se relacionam de forma diferente com a lógica global de acumulação capitalista. Conforme afirma Massey (2000, p. 179), *“há muito mais coisas determinando nossa vivência do espaço do que o 'capital' ”*, acreditamos que a experiência cotidiana dos lugares sofra variações de acordo com as características de cada grupo ali presente.

A análise da relação global-local pode contribuir para que possamos entender o papel do espaço hoje, se entendermos que o espaço deve ser visto como uma totalidade que se presta a análise, para

que possamos conhecer o movimento do universal para o particular e do particular para o universal (Santos, 2008, p. 115) e assim compreender a lógica que forma os espaços, percebendo a sua influência na experiência cotidiana das pessoas.

Para Santos (2008, p. 314), *“cada lugar é, a sua maneira, o mundo. (...) Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade corresponde uma maior individualidade”*. Para esse autor e também para Massey (2000, p. 185), é preciso não tratar nem especificamente do local, nem especificamente do global, pois todos os lugares contêm uma carga histórica mas também recebem influências externas, que vão se “encaixar” em cada local de acordo com as características presentes ali. A individualidade de cada lugar vem de sua ligação com o global e com os outros lugares. Estas especificidades vão se expressar na produção e reprodução dos espaços urbanos na atualidade, e vão interferir no cotidiano das diferentes sociedades urbanas, sujeitas a processos e transformações globais e locais.

A experiência cotidiana, o simbólico e as representações que surgem na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, são fundamentais para entender a lógica da reprodução do espaço urbano, marcado pela ideologia da cidade-cenário, vendida para o mundo todo como “cidade maravilhosa”, servindo para a apropriação turística da cidade, que deixa oculta a desigualdade e a injustiça social. Somente a partir do entendimento desta simbologia da cidade é possível entender determinados processos que ocorrem na cidade. Trata-se, portanto, do entendimento de que a cidade do Rio de Janeiro está inserida em um contexto, em uma lógica dentro da reprodução do capital que não é a lógica da industrialização, e que a reprodução do espaço na cidade se dá a partir da relação entre esse contexto mundial e as especificidades do local.

Entender o espaço como atuante nas relações sociais, como uma ferramenta de poder, significa entender o espaço como político. O objetivo aqui é que esta discussão teórica nos forneça a base para uma discussão empírica em uma grande cidade de um país subdesenvolvido, o Rio de

Janeiro, que possa contribuir para o debate sobre a reprodução do espaço nas metrópoles. Entendemos que atualmente as grandes cidades vivenciam fortemente as contradições e o conflito, onde o espaço ganha alto valor de troca e onde o controle e a apropriação dos espaços se torna fundamental (FERREIRA, 2007). Buscamos até agora entender o papel do espaço como componente fundamental da reprodução da sociedade, como fonte de poder social dos grupos que detém o seu controle, e ainda que este espaço é formado a partir de relações entre elementos internos e externos a sua realidade.

Lefebvre (2008, p.82) e Santos (2008, p. 63) nos apontam que o espaço é um produto social, construído coletivamente por atores sociais que possuem intencionalidades. O espaço é a expressão da sociedade que o produz, os espaços produzidos pela sociedade capitalista moderna vão contribuir então para a manutenção de toda a desigualdade existente nela, todos os conflitos e contradições, reflexos das relações de produção e da luta de classes. Nas cidades atuais a apropriação e a dominação do espaço se dão de forma completamente desigual, com as relações de produção e a luta de classes se estendendo à luta pelo espaço, pela sua apropriação. Na cidade do Rio de Janeiro, conforme já foi citado aqui, esta desigualdade está completamente aparente na paisagem, pois o processo de segregação social se sobrepõe ao processo de segregação espacial, já que grupos sociais distintos sempre ocuparam os mesmos bairros, desde o início da formação da cidade. Portanto, concordamos com Lefebvre (1991, p. 53) quando afirma que *“a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade”*.

Para Carlos (1994, p. 24), o espaço é condição e é produto, tanto da reprodução do capital quanto das relações sociais. A sociedade produz o espaço e com ele todo um modo de vida. Esta afirmação fica bastante clara quando voltamos a análise para as cidades atuais, forma máxima de reprodução do espaço, de um modo de vida urbano. Harvey (1980, p. 17) chama ainda a atenção para as formas, afirmando que uma vez criadas, as formas espaciais tendem a institucionalizar e as vezes “determinar o futuro desenvolvimento do processo social”.

2.2 – Sobre a importância da forma

Para a compreensão do que estamos nos propondo aqui cabe uma definição do que entendemos por cidade e por urbano. A cidade seria a organização espacial, a forma, um conjunto de elementos ordenados. O urbano estaria mais ligado a um tipo de sociedade, sendo a expressão de idéias, éticas, valores, estética hoje na cidade; a cidade, portanto, é datada. O urbano, ou a cultura urbana, se realiza como práxis na cidade, através das atividades políticas econômicas e culturais, o urbano reúne todos os elementos da vida social (LEFEBVRE, 2008, p. 84).

Devemos entender, portanto, que cidade e urbano não são sinônimos. O urbano deve ser entendido como um modo de vida, ligado a uma certa divisão do trabalho, uma forma social, enquanto a cidade seria a materialização dessa forma (HARVEY, 1980, p. 175). O urbano deixa de ser a simples oposição ao rural e passa a designar a sociedade que constitui uma realidade que engloba e transcende a cidade enquanto lugar (CARLOS, 2005, p. 191). Para Pechman (1991, p. 126) *“o urbano representa um novo sistema de idéias”*. O urbano contemporâneo representa, portanto, novas formas de idéias, pensamentos e ações, uma nova forma de vida, que não mais se relacionam diretamente com o modelo antigo de cidade, o urbano deixa de estar completamente relacionado a forma da cidade para estar além dela, como uma ideologia. O autor deixa clara esta ideologia quando afirma que *“onde existe a cidade não existe necessariamente o urbano; mas onde existe o urbano existe a cidade”*.

O urbano, portanto, expressa um conceito de grande abrangência, pois está além das fronteiras da cidade. Rodrigues (2007) nos fornece também uma definição bastante ampla do que entendemos por urbano e por cidade, quando diz que

o urbano é um conceito, pois qualifica um modo de vida que atinge a maioria da sociedade. As atividades urbanas extrapolam limites de cidades como no agronegócio, nas atividades turísticas, nas áreas inundadas para produção de energia hidroelétrica, e muitas outras atividades. Cidade é

uma *definição*. É a projeção da sociedade urbana num dado lugar, política e territorialmente demarcado, marcado e estabelecido. As cidades contêm delimitação espacial. Lugar de concentração da população urbana, produção, circulação e consumo de bens e serviços. A cidade é o centro da decisão política do urbano. O conceito de urbano compreende o espaço em sua complexidade. (grifo da autora)

Por isso, a cidade e o urbano aqui nos interessam, a cidade, enquanto forma, enquanto construção, cria representações que se expressam na sociedade urbana. As formas nos servirão para que possamos, através de sua análise, entender a sociedade urbana atual; conforme já enfatizamos aqui, a importância da análise empírica, da descrição, para que se chegue ao conteúdo, ao que está subjetivo, simbolizado por determinados tipos de formas. A cidade aparece aqui como o local que expressa com mais força a segregação e a desigualdade social, e o urbano aparece como condição, meio e produto do processo de reprodução da sociedade

Segundo Lefebvre (1991, p. 59) a análise dos fenômenos urbanos exige a utilização de instrumentos metodológicos, chamando a atenção para a *forma*, a *função* e a *estrutura*. Estes três termos são essenciais para a análise da cidade e do urbano. A forma, os aspectos visíveis, deve ser levada em conta, mas nunca separada de seu conteúdo, pois *“não há forma sem conteúdo, não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece a análise é sempre uma unidade entre a forma e o conteúdo”*. As funções dizem respeito as funções internas à cidade, as funções da cidade em relação ao território e a função da cidade no conjunto social. Quanto à estrutura, devemos levar em consideração a estrutura da cidade, a estrutura urbana da cidade e ainda a estrutura social das relações cidade-campo.

Santos (2008) apresenta como ferramenta metodológica as formas-conteúdo, enfatizando a importância de ir além das formas de se chegar a intenção da forma, ao subjetivo. O autor ressalta ainda a importância da materialidade como componente imprescindível do espaço geográfico, entendendo as formas como *“condição para a ação, uma estrutura de*

controle, um limite a ação, um convite a ação (...) nada fazemos hoje que não a partir dos objetos que nos cercam” (SANTOS, 2008, p. 321).

É no nível das formas que é possível observar a materialização das relações sociais, a forma como a cidade está estruturada. As relações sociais tendem a aparecer como relações entre coisas, e estas só existem como tal porque se relacionam entre si. Na análise do espaço socialmente construído, Soja (1983, p. 37) explicita a importância das formas quando conceitua a espacialidade³ como a

forma material das relações sociais de produção, a expressão territorial concreta da divisão do trabalho e a articulação dos modos de produção. (...) A espacialidade, na forma do ambiente construído, do arranjo geográfico da produção, troca e consumo, da alocação de indivíduos para lugares e posições em todos os processos sociais e da implantação de sistemas de poder territorial destinados a preservar esses arranjos no lugar, representa o mapeamento particularizado da sociedade, da vida social.

Consideramos aqui a importância da análise empírica para revelar o conteúdo da forma. Determinados processos que ocorrem nas cidades hoje podem servir para revelar o urbano e os processos que influenciam a sua reprodução e a reprodução das relações sociais, e utilizaremos principalmente aqui como exemplo destes processos a segregação, a formação dos espaços periféricos e pobres, tão comuns nas grandes cidades hoje. Estes fenômenos permitem uma leitura do urbano, um urbano marcado pela reprodução das relações sociais de produção e pela luta de classes sociais na apropriação do espaço.

2.3 – O Processo de produção e reprodução no espaço urbano

O processo de produção do espaço urbano não é homogêneo. É fragmentado e articulado de acordo com as necessidades de reprodução

³ O autor especifica a utilização do termo espacialidade como forma de diferenciar do termo espaço *per se*, que ele acredita estar ligado a uma imagem física, geométrica, algo externo ao contexto social e a ação social. O termo espacialidade, para ele remete ao espaço socialmente produzido (SOJA, 1993, p. 101).

do capital e com o modo de produção, gerando um espaço altamente complexo (FRIDMAN, 1991, p. 145). Desta forma, a produção do espaço é desigual, pois o espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro é fruto de uma produção capitalista que se reproduz desigualmente no espaço, que se materializa pela divisão do trabalho entre parcelas do espaço e se mantém a partir das relações simbólicas estabelecidas. Cada sociedade produz e reproduz sua existência de modo determinado, deixando no espaço as marcas de suas características históricas específicas (CARLOS, 1994, p. 26-33).

Voltamos a falar aqui sobre a contradição fundamental existente na reprodução do espaço urbano: o espaço como condição da reprodução econômica e o espaço como condição de reprodução da vida na metrópole. Posta esta contradição fundamental, o espaço urbano torna-se uma campo de luta, onde se instaura uma luta dos diferentes agentes pelo espaço, pelo solo urbano. Estabelece-se, portanto, um conflito entre o espaço abstrato, concebido pelos interesses e necessidades do capital, e o espaço vivido, fragmentado pelas estratégias dos diferentes atores sociais, percebido pelo indivíduo através de sua vida cotidiana (CARLOS, 2005, p. 291). No Rio de Janeiro, a luta pelo espaço deixa marcas na paisagem urbana, sendo as áreas voltadas para a população pobre um símbolo dessa luta. Desde sua formação, a cidade deixa de fora das políticas de urbanização e habitação as áreas voltadas para a população pobre, realizando muitas vezes a sua expulsão das áreas onde houve interesse de reprodução do capital imobiliário, por exemplo⁴.

A respeito da contradição entre o espaço concebido e o espaço vivido, retornamos a Lefebvre e sua construção da categoria de espaço social que se refere ao espaço de valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes na vivência diária, que se confronta com o espaço abstrato, que corresponde a exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado (GOTTDIENER, 1997, p. 131). O espaço social perdeu

⁴ Sobre este assunto ver Lessa (2000, p. 291-296); Vaz (1991, p. 137-141); Ribeiro e Azevedo (1996, p. 13-21) entre outros. Sobre as remoções de populações pobres, discutiremos de forma mais aprofundada no capítulo 2.

espaço na sociedade moderna, onde houve predomínio do espaço abstrato, que se apresenta como homogêneo, fragmentado e hierárquico, principalmente nas grandes cidades, onde surgem áreas segregadas, que marcam a hegemonia do capitalismo. A essência do espaço social é justamente a vida cotidiana que transcorre no urbano, que perpetua o espaço abstrato através de representações.

A produção do espaço se dá no plano da vida cotidiana, na relação que se estabelece entre os diferentes agentes responsáveis pela reprodução do espaço urbano. Salientamos aqui que existem diversos atores sociais responsáveis pela reprodução do urbano e que cada um atua de acordo com seus interesses de classe. Os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano, de forma geral, são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e usuários de moradia, os promotores imobiliários, o Estado e as instituições governamentais, e os grupos sociais excluídos (CORREA, 1993, p. 12; HARVEY, 1980, p. 139). Esses atores possuem estratégias próprias, que geram conflitos entre eles e estratégias comuns que os unem, como a apropriação da renda da terra. Ao atuar sobre o espaço urbano, a reprodução das relações de produção e a continuidade da acumulação de capital está garantida. A apropriação da terra, então, torna-se objeto de conflito na cidade.

O Estado tem um papel fundamental na produção deste espaço desigual ao impor determinadas organizações espaciais. Para Lefebvre, o Estado utiliza o espaço como um instrumento político, buscando assegurar o controle sobre os lugares. A organização espacial, portanto, representa a hierarquia de poder existente na sociedade. Nesta direção também aponta Harvey (1996, p. 212), quando afirma que a organização espacial serve para constituir uma ordem social e uma hierarquia, através do assentamento de pessoas e atividades em espaços e tempos distintos. A análise da organização espacial, portanto, nos fornece a base para o entendimento dos processos de apropriação e dominação no espaço.

2.4 – Apropriação e dominação no urbano: conflitos e contradições

A reprodução das relações sociais de produção e da luta de classe se dá na apropriação e dominação do espaço no cotidiano, sendo internalizada: no lazer, cultura, na escola e na universidade, ou seja, no espaço inteiro (LEFEBVRE, 2008, p. 47). A reprodução da sociedade se materializa no espaço; a cidade, portanto, é pensada, desejada e construída pelos agentes responsáveis pela produção e reprodução do espaço urbano. A partir da perspectiva que estamos entendendo o espaço urbano, todas as formas de apropriação e dominação no urbano representam contradições e conflitos que se materializam no espaço.

Uma das principais formas de apropriação e dominação do espaço urbano que queremos salientar aqui é a caracterização do solo como mercadoria nos espaços urbanos capitalistas. O valor do solo urbano funciona como regulador da ocupação, e segundo Meyer (1978, p. 152), o solo urbano visto como mercadoria está sujeito às regras do sistema produtivo e de consumo. Concordamos com a autora quando afirma que a apropriação da cidade é, portanto, um processo organizado, ordenado segundo regras, métodos, princípios e estratégias. Estas ações são coordenadas pelos agentes que atuam no urbano, tanto os que buscam a manutenção do capital quanto os que buscam a reprodução da vida cotidiana. O urbano, e todas as possibilidades que oferece, acaba por se tornar o principal alvo da lógica capitalista, e as cidades, sua forma material, viram alvo de intensa especulação, principalmente aquelas que apresentam vantagens comparativas. Conforme aponta Rodrigues (2007),

a cidade-mercadoria não é trocável no “mercado como um objeto”. Não se transmite, em tese, a “propriedade da cidade em sua totalidade”. O que se vende são fragmentos de lugares, pólos de investimentos para capitalistas nacionais e estrangeiros com o objetivo de aumentarem lucros, rendas e juros. Os fragmentos de lugares para eventos, atividades turísticas e de investimento, visando à incorporação imobiliária de bairros nobres, de condomínios murados e, como totalidade, a cidade-mercadoria vende imagem de prefeitos como “gestores” capitalistas. Nas democracias eleitorais, simbolicamente um prefeito

entrega ao novo a “chave da cidade”, mas não a “propriedade da cidade”.

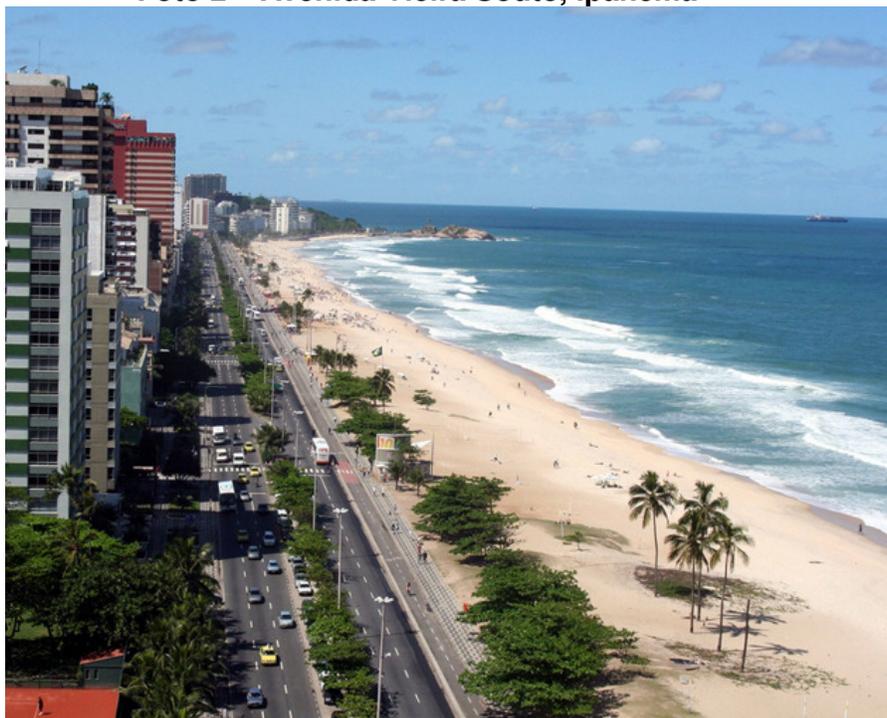
O espaço como mercadoria acaba por ocultar as suas especificidades, que é então apropriada como valor de troca pelos proprietários fundiários e promotores imobiliários, cujo conteúdo não é mais percebido pelos indivíduos, posto que estão submetidos à troca e à especulação. Segundo Carlos (1994, p. 193), a troca se sobrepõe ao uso *“num processo de produção assentado na propriedade privada da terra que gera a apropriação diferenciada do espaço por extratos diferentes da sociedade”*. Vale ressaltar também que o alto valor do solo urbano em cidades localizadas em países do terceiro mundo contribui consideravelmente para a manutenção da pobreza, funcionando como causa e conseqüência desta (SMOLKA, 1986, p.208). Além disso, após a crise econômica da década de 1970 e as modificações nas relações sociais de produção, as cidades refletem e alimentam esse processo, funcionando como *locus* da naturalização e expansão da miséria nos grandes centros urbanos do país (FRIDMAN, 1991, p. 143). Na cidade do Rio de Janeiro, a escassez de espaços disponíveis para a construção e com infra-estrutura adequada⁵ faz com que o valor do solo em áreas dotadas de infra-estrutura e de amenidades naturais suba bastante, como é o caso da Zona Sul, deixando grande parte da população pobre da cidade sem acesso ao solo, estando sujeita às disposições da livre atuação do mercado imobiliário na cidade e do Estado. A ocupação da Zona Sul da cidade por grupos sociais de alta renda permite a geração de renda diferencial para os agentes sociais envolvidos com a valorização imobiliária. A cidade do Rio de Janeiro possui atualmente o metro quadrado mais caro do país, mas é na Zona Sul que estão os bairros com os mais altos valores do solo, com os bairros do Leblon, Ipanema e Lagoa

⁵ É importante ressaltar aqui que nunca houve intensa escassez de solo na cidade do Rio de Janeiro, mas as áreas de maior interesse econômico passaram por uma rápida ocupação, forçando a busca por novas áreas de interesse econômico. Ao longo da ocupação da cidade, as classes de maior poder aquisitivo já ocuparam os morros, depois os abandonaram em busca das planícies litorâneas.

liderando a lista⁶. As grandes avenidas localizadas a beira-mar colaboram para elevar o preço do metro quadrado nestes bairros, principalmente as avenidas Vieira Souto, em Ipanema e Delfim Moreira, no Leblon. Além das amenidades naturais, como a praia, parques naturais e áreas de lazer, a área é muito bem dotada de infra-estrutura urbana, possui grande acessibilidade, disponibilidade de transportes e proximidade de teatros e cinemas. A presença do poder público também é constante na região, e todos estes fatores levam ao aumento do metro quadrado nestas áreas (Foto 02).

Para aprofundar essa discussão a respeito do solo urbano como mercadoria, torna-se importante discutir alguns aspectos do solo como uma mercadoria que assume características diferentes, além de aprofundarmos os conceitos de valor de uso e valor de troca que assumem uma significação diferente dentro desta discussão.

Foto 2 – Avenida Vieira Souto, Ipanema



Fonte: Site Skyscrapercity.com

⁶ Segundo notícia veiculada no jornal O Globo de 09 de janeiro de 2008, intitulada “Rio de Janeiro tem metro quadrado mais caro do país”. Disponível na internet http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL252524-9356,00.html

Foto da Avenida Vieira Souto, localizada na área litorânea do bairro de Ipanema, onde estão localizados alguns dos imóveis de maior valor da cidade.

O solo não pode ser colocado como uma mercadoria qualquer, visto que possui um valor de uso de grande importância, que é a garantia da manutenção da vida, do solo como moradia e como fonte de riqueza. Torna-se aqui relevante resgatar os conceitos de valor de uso e valor de troca, visto que estes encontram-se ainda como a melhor forma de entender a contradição fundamental existente na premissa do solo urbano como mercadoria. Partindo das idéias de Marx (apud Harvey, 1980, p. 132), observamos que estes conceitos não podem ser entendidos de forma separada, já que só existem porque se relacionam entre si. *“Um valor de uso tem valor somente em uso, e realiza-se no processo de consumo (...) e servem diretamente como meios de existência”*. Já o valor de troca é entendido aqui como uma *“relação quantitativa; a proporção pela qual valores de uso são trocados por outros”*. A criação do valor de troca se baseia no processo de aplicação de trabalho socialmente necessário aos objetos da natureza para a criação de objetos materiais. Ocorre, portanto, uma relação dialética entre o valor de uso e o valor de troca, pois a mercadoria é a associação entre o valor de uso e valor de troca, e este só adquire valor a partir do valor de uso.

Entender o solo como mercadoria exige observar alguns aspectos importantes, pois o valor de uso e o valor de troca assumem diferentes significados quando tratamos do solo urbano. Harvey (1980, p. 135) afirma que o fato do solo e suas benfeitorias serem fixos os diferencia de outras mercadorias, além de permitir o monopólio à pessoa que determina o uso nesta localização. Outro fato importante é que o solo é uma mercadoria indispensável para qualquer indivíduo, além de, para o proprietário, permitir diferentes usos do solo. Um aspecto importante também é a continuidade da propriedade, pois em geral não ocorre muita troca de proprietário, o que gera também uma possibilidade de grande acumulação de riquezas. Portanto, o solo torna-se uma mercadoria

diferenciada, tornando-se alvo de intensa disputa, principalmente nas grandes cidades, onde o solo adquire alto valor. Em geral, o que se observa é que permanece até hoje uma sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso quando se trata do valor e da renda do solo, e que a reprodução do espaço capitalista se dá a partir da priorização do valor de troca em detrimento do valor de uso e das suas possibilidades, o que vai permitir a reprodução ampliada do capital, gerando conflitos e contradições na luta pelo solo urbano.

A importância que o solo assume como forma de reprodução do capital é muito intensa. Os valores do solo assumem cada vez mais valores diferenciados, de acordo com a atuação dos diferentes grupos que atuam no mercado do solo urbano. A atuação dos incorporadores imobiliários, dos proprietários e do Estado determina a distribuição das benfeitorias (infra-estrutura urbana) e das externalidades⁷ de forma diferenciada, o que vai gerar diferentes valores do solo urbano. A atuação desses grupos determina espaços diferenciados, com valores de solo diferenciados, determinando também o direcionamento da população para cada área da cidade. Como esses grupos possuem os recursos necessários e conseqüentemente grande poder de barganha política, são capazes de determinar a disposição final dos recursos e da infra-estrutura urbana, o que contribui para reforçar a desigualdade social na cidade (HARVEY, 1980, p. 61). No caso da cidade do Rio de Janeiro, esta desigualdade na distribuição dos recursos fica aparente quando analisamos, historicamente, a implantação de infra-estrutura urbana. De acordo com Kleiman (2002, p. 123), foram construídas

redes completas com nível satisfatório de serviços e constantemente renovadas e tecnicamente sofisticadas nas áreas em que havia um nexo aparente entre os interesses do capital imobiliário e a moradia de camadas de renda alta e média situadas na Zona Sul e Norte, em parte dos subúrbios e mais recentemente na Barra da Tijuca. Por outro lado, destacam-se a ausência de redes

⁷ Segundo Gregory (2001, p. 11), externalidade é o impacto das ações de alguém sobre o bem-estar dos que estão no entorno, pode ser positiva ou negativa. Um exemplo de externalidade positiva é a implantação de infra-estrutura, como uma praça ou a construção do metrô; já um exemplo claro de externalidade negativa é a poluição de uma fábrica.

completas, o não-provimento de serviços ou sua configuração lenta, descontínua e sem manutenção, em áreas de residência de camadas de baixa renda, situadas na Zona Oeste e na Baixada Fluminense, principalmente nos loteamentos e em favelas.

Com toda esta discussão queremos mostrar o quanto o urbano é apropriado pelos agentes detentores do capital e conseqüentemente do solo urbano, o que gera intensa desigualdade na distribuição dos recursos e da população, onde as áreas que possuem maior valor, pela presença de infra-estrutura ou de amenidades, são apropriadas e o processo de reprodução do espaço se dá de forma planejada e induzida pelos promotores imobiliários e pelo Estado. Nas áreas onde não há o interesse do capital, o valor do solo urbano é mais baixo e o processo de reprodução do espaço ocorre de forma espontânea.

Utilizando como exemplo a área em estudo, na Zona Sul é possível observar a presença da associação entre o Estado e os incorporadores imobiliários. A Zona Sul, como área primeiramente dotada de infra-estrutura fora do centro da cidade, recebeu em grande parte os grupos sociais mais abastados como local de moradia. É importante também o papel da difusão de uma ideologia voltada para as amenidades naturais, onde a presença do mar passou a ser vista como saudável, como possibilidade de contato direto com a natureza.

O processo de produção e reprodução do espaço urbano, por servir aos interesses de determinados agentes, gera, portanto, um intenso processo de segregação social. Concordamos com Ribeiro (2002, p.79) quando afirma que

a segregação residencial e as desigualdades de condições de vida entre os territórios da metrópole resultam da ação dos grupos sociais interessados na apropriação da renda real, entendida como o acesso desigual ao consumo dos bens e serviços coletivos (qualidade de vida), e os ganhos decorrentes da valorização imobiliária e fundiária dos terrenos mais bem equipados. Como as regiões de maior renda real são as que concentram os segmentos de maior renda monetária forma-se um processo de causação circular, que tende sempre a

instaurar e a aumentar a desigualdade social na cidade.

O processo de reprodução do espaço urbano sempre esteve, portanto, marcado pela diferença na implantação de infra-estrutura e na modernização dos equipamentos urbanos, que alteram o valor do solo e produzem melhorias nas moradias já valorizadas, tornando o solo cada vez mais inacessível para uma camada cada vez maior da população (VAZ, 1991, p. 140). A contradição e o antagonismo na distribuição da população estão expressos na paisagem urbana, onde a desigualdade pode ser vista na diferença das construções, no padrão “informal” de moradia, na presença de infra-estrutura e no acesso aos meios de consumo coletivos (CARLOS, 1994, p. 52). A segregação social expressa na paisagem urbana reflete também a distribuição do poder social na sociedade, segundo Ribeiro (2004, p. 27), entendendo esta distribuição também como a capacidade diferenciada de atuação dos grupos e classes na obtenção dos recursos urbanos

Uma das expressões mais claras da desigualdade social nas cidades, se encaixando muito bem no caso do Rio de Janeiro é a presença das favelas, áreas voltadas para uma população economicamente desfavorecida, onde existe grande deficiência de infra-estrutura e meios de consumo coletivos⁸. A favela se expressa como o exemplo máximo de exclusão nas cidades, e este processo tende a aumentar cada vez mais com as atuais modificações nas relações de produção, com o aumento do desemprego em um nível internacional, a atuação dos organismos internacionais e a implantação de um modelo econômico e de desenvolvimento baseado na ideologia neoliberal, com a diminuição da atuação do Estado na promoção de infra-estrutura e de políticas sociais, tem promovido um aumento na pobreza e no processo de favelização no mundo. Acreditava-se que um modelo de

⁸ Temos que levar em consideração aqui a heterogeneidade das favelas, principalmente as favelas cariocas. No texto, estamos falando de forma geral, mas olhando alguns casos específicos é possível observar favelas bem servidas de infra-estrutura e de equipamentos coletivos, baseados nas observações do campo e nos dados fornecidos pela IPP e pelo IBGE, que mostra favelas, com quase 100% dos domicílios servidos de água e rede de esgoto, além da presença de praças, parques, escolas, etc.

desenvolvimento baseado no crescimento econômico conduziria à redução das desigualdades sociais, mas na prática o modelo desenvolvimentista deixou claro que não tem compromisso com a integração social (DAVIS, 2006, p. 71; VAINER & SMOLKA, 1991, p. 24).

É preciso deixar claro que o aumento da pobreza ocorre em uma escala global, mas as conseqüências do processo são tratadas somente na escala do local, tornando importante o entendimento de que as modificações nas relações de produção ocorrem em todos os lugares e podem ser apontadas como uma das causas da escalada da pobreza nas grandes cidades, sendo necessário tratar da causa, tratar de diminuir a desigualdade social e a desigualdade entre as regiões do planeta, sem deixar de lado as especificidades na reprodução do espaço urbano de cada lugar (PRÉTECEILLE, 1994, p. 67). Para analisar estas causas, devemos buscar as teorias gerais sobre a produção da pobreza, mas sempre buscando as explicações também na lógica da reprodução do capital e nas características locais dos lugares onde a pobreza está sendo reproduzida e ampliada (*op cit*, 2004, p. 12).

O surgimento das favelas nas cidades esta relacionado com uma luta pelo espaço, com o esforço de grupos sociais de baixa renda para permanecer no urbano, onde existe maior possibilidade de estar próximo ao local de trabalho. Com o alto valor do solo, as áreas não valorizadas pelos agentes imobiliários tornam-se local de moradia, espalhando-se por todo o urbano e participando do processo de crescimento das cidades. As favelas revelam a resistência do urbano em absorver uma população de baixa renda e a determinação de uma população excluída e que tem seu direito à moradia negado devido ao alto preço do solo. “*A favela é uma permanente denúncia do sistema de práticas sociais contraditórias que ameaçam a ordem estabelecida, isto é a ordem urbana*” (MEYER, 1978, p. 154). Para Sherrard (apud HARVEY, 1980, p. 64),

a favela é abrigo coletivo dos vencidos, e no esforço competitivo pelos bens urbanos as áreas faveladas são também as vencidas em termos de escolas, negócios lojas de quinquilharias, ruas iluminadas, livrarias, serviços sociais, além de tudo o que é comumente útil, e sempre com pouca

oferta. A favela então é uma área onde a população carece de recursos para competir com sucesso, e onde coletivamente há a necessidade de controle sobre os canais através dos quais tais recursos são distribuídos ou mantidos.

Fica clara aqui a idéia da favela como resistência, como a luta de uma população sem recursos para se manter no valorizado solo urbano, que busca alternativas para a sua sobrevivência. Queremos aqui rechaçar a idéia de uma visão da favela como patologia, como algo que precisa ser combatido e desaparecer da paisagem urbana, até porque não é isso que ocorre na prática. As cidades utilizam as áreas faveladas como reserva de mão-de-obra barata, como uma necessidade de exploração e exclusão necessária a reprodução do capital. Nestas observações percebemos uma contradição fundamental, a favela vista como algo indesejável, algo que não é o urbano que não compartilha da ordem urbana, mas ao mesmo tempo importante para a reprodução ampliada do capital. Este conflito expressa-se a partir de representações da favela no imaginário social, sendo a favela um mundo diferente que surge na paisagem urbana, que vai contra a ordem social estabelecida (VALLADARES, 2005, p. 28). A favela, portanto, não é considerada como pertencente ao urbano, é vista como uma desordem, mas está materializada na paisagem das cidades.

No Rio de Janeiro, o processo de exclusão da população pobre se inicia ainda no processo de formação da cidade, quando a área urbanizada ainda era bastante restrita ao centro da cidade. A população pobre encontra como possibilidade de moradia os cortiços e, posteriormente, as áreas de encostas, constituindo-se assim as primeiras favelas na cidade. No caso da Zona Sul, que se constituiu como uma área destinada a atuação do capital imobiliário associado ao Estado, surgem também importantes áreas de concentração da população pobre, constituindo enclaves de população de baixa renda nos bairros voltados para classes sociais abastadas, sendo esta ocupação “tolerada” pelos agentes imobiliários e pelo Estado. A explicação para esta tolerância nos é apontada por Lago (2000, p. 40), quando afirma que “*a favela seria uma estratégia de inserção dos pobres no mercado de trabalho*”. As favelas da

Zona Sul seriam uma reserva de mão-de-obra desqualificada nas proximidades dos locais onde mais se utilizava esse tipo de mão-de-obra. Bairros como Copacabana e Leme, já na década de 1930, recebiam grande número de migrantes, principalmente nordestinos, que vinham trabalhar na construção civil e que ocupavam as áreas de encosta dos bairros, dando origem às favelas hoje existentes.

A cidade do Rio de Janeiro passa, portanto, por um intenso processo de favelização, mas que ocorre em uma lógica um pouco diferenciada de outras grandes cidades. Na cidade do Rio de Janeiro, e principalmente na Zona Sul, o processo de segregação é marcado por uma distância social com uma proximidade física. Diferentes grupos sociais estão presentes dentro da mesma área, que se apresenta, portanto, bastante heterogênea quanto aos grupos sociais presentes. Apesar da proximidade física, não significa que exista interação entre os grupos, que ambos participem do cotidiano dos bairros. Os equipamentos urbanos dos bairros da Zona Sul, voltados para grupos sociais de alta renda, são voltados para atender as necessidades deste grupo, não atendendo as necessidades dos grupos de baixa renda (RIBEIRO, 2002, p. 84; LAGO, 2002, p 155). Ainda sobre estes apontamentos, Lago (2002, p. 155) afirma que nas últimas décadas surgem novas representações sobre o urbano que se manifestam em um novo tipo de segregação urbana devido ao surgimento dos espaços de confinamento (*shoppings*, condomínios fechados), que apresenta por um lado, a redução da escala da segregação e a conseqüente “aproximação” entre os grupos sociais, e por outro lado, *“a redução do grau de interação entre grupos socialmente distintos em função do confinamento dos grupos superiores em espaços privados e da estigmatização dos espaços da pobreza como espaços da violência”*.

O processo de favelização que ocorre nas grandes cidades é conseqüência do fracasso de diferentes políticas habitacionais e do planejamento urbano, além do intenso processo de mercantilização do

solo e alto custo de moradia⁹, pois não é interessante para os agentes responsáveis pela reprodução do espaço urbano se preocupar com melhorias nas áreas de população de baixa renda. A preocupação com a questão das favelas, principalmente nos países subdesenvolvidos, foi crescente no século XX, e cada vez mais se torna preocupante o crescimento da população favelada, uma população completamente à margem dos recursos básicos de sobrevivência. Esta preocupação aumenta também devido à questão do aumento da violência nos países pobres, onde a violência está associada aos processos de segmentação territorial, pois separa as classes em espaços de abundância e integração e espaços de concentração da população em situação de exclusão social (RIBEIRO, 2004, p. 10).

O que tentamos deixar claro aqui nesta discussão teórica é que entendemos o espaço urbano como marcado por conflitos e contradições, e salientamos aqui como exemplo máximo desta contradição a presença de áreas faveladas em grandes metrópoles, que ocorre devido ao processo de reprodução do espaço urbano estar marcado pela contradição entre os interesses de reprodução do capital e os interesses da sociedade como um todo, utilizando como exemplo a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

2.5 – A dimensão do cotidiano como categoria de análise

Para nos guiar nesta discussão conceitual, tomamos por base as idéias de Henri Lefebvre sobre o cotidiano e as representações e sua importância na formação da sociedade atual. Não buscamos definir um conceito fechado sobre o cotidiano, mas sim abrir uma possibilidade de discussão sobre o espaço urbano e a sociedade organizada nesse espaço, fazendo uma leitura da vida cotidiana na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

⁹ Vaz (1991, p. 138), citando Benjamin (1985), faz uma interessante análise sobre como o espaço torna-se mercadoria ao longo da história da humanidade, quando o valor de troca do solo e da habitação sobrepõe-se ao valor de uso.

Segundo Lefebvre (1991, p. 82), *“a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como sua moldura, a modernidade”*. Para pensarmos a importância da dimensão do cotidiano na produção do espaço urbano e da sociedade, temos de pensar inicialmente em como esta sociedade está organizada. Na sociedade atual, predominam relações sociais de produção desiguais e a luta de classes, em que o objetivo e a legitimação da sociedade estão baseados na satisfação e no consumo. A reprodução das relações sociais e da luta de classes se dá na apropriação do espaço e na vida cotidiana.

A cotidianidade é construída historicamente, onde se cria um jogo de poderes que garante a manutenção da reprodução econômica e social citada anteriormente. O cotidiano, segundo Costa e Heidrich (2007, p. 83),

constitui-se por uma estrutura social de atividades banalizadas mas que, em suas profundezas, representam uma complexa trama histórica de produções ideológicas e materiais que servem como mecanismos de reprodução de poderes que abarcam e alienam os indivíduos transformando-os em atores sociais.

Para garantir a manutenção da ordem atual, a sociedade capitalista cria símbolos e ferramentas para garantir a reprodução das relações sociais de produção, tendo o cotidiano transformado estas relações em “banais”. O cotidiano se apropria da criação, da liberdade, do consumo, transformando-os em mercadoria. O papel da alienação aqui é fundamental, que tende para uma totalidade, e busca inclusive apagar a própria consciência da alienação. A alienação faz com que as pessoas não consigam diferenciar satisfação de consumismo.

A sociedade atual, dita de consumo, é baseada na satisfação de coisas (objetos), de prazer, de lazer, e também de espaço. Lefebvre (1991, p. 89) faz uma análise interessante sobre esta questão da satisfação e do consumo:

A necessidade se compara a um vazio, mas bem definido, a um oco bem delimitado. O consumo e o consumidor enchem esse vazio, ocupam esse oco. É a saturação. Logo que atingida, a satisfação é

solicitada pelos mesmos dispositivos que engendraram a saturação. Para que a necessidade se torne rentável, é estimulada de novo, mas de maneira um pouquinho diferente. As necessidades oscilam entre a satisfação e a insatisfação, provocadas pelas mesmas manipulações. Desse modo, o consumo organizado não divide apenas os objetos, mas a satisfação criada pelos objetos.

Podemos pensar que existe, portanto, um constante mal-estar, uma eterna insatisfação. Lefebvre (1991, p. 89) já aponta que este mal-estar veio *“acompanhado de uma crise de valores, das idéias, da filosofia, da arte e da cultura”*, formando um cotidiano que se apropria facilmente do desejo. O autor descreve também o papel da publicidade na formação da cotidianidade.

A publicidade fornece uma ideologia do consumo, “uma representação do” eu “consumidor que se satisfaz como consumidor”, baseia-se em uma existência imaginária das coisas. A publicidade não separa o consumo de objetos do consumo de signos, imagens e representações (LEFEBVRE, 1991, p. 100). Lefebvre faz uma discussão importante sobre como o consumo chega a cada camada social e como a classe trabalhadora consome grande quantidade de signos, assim como a classe média, submetida a imagens das quais ela é somente expectadora.

Trazendo esta discussão da sociedade para a reprodução do espaço urbano, podemos afirmar que o cotidiano, o vivido, colabora para que a cidade se organize de forma hierárquica, com lugares “destinados” a cada camada social, conforme observamos na Zona Sul. Isto envolve também uma discussão de consumo do espaço, onde lugares são transformados em aprazíveis ou desprezados pela sociedade, onde surgem lugares segregados. Segundo Carlos (2005, p. 194), *“o cotidiano aparece enquanto construção da sociedade, que se organiza segundo uma ordem fortemente burocratizada, preenchido por repressões e coações”*. É no cotidiano que é possível entender a contradição fundamental entre o espaço vivido e o espaço concebido. É no nível do cotidiano que está a reprodução da vida em sociedade, que revela que o homem habita o espaço ativamente. Neste sentido, concordamos com

Santos (2008, p. 315) quando afirma que o cotidiano permite o entendimento do mundo vivido, onde a questão simbólica ganha visibilidade e os conflitos emergem.

Fica claro assim porque a dimensão do cotidiano torna-se fundamental para entender os conflitos e contradições que se expressam no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. A cotidianidade, realizada individualmente e subjetivamente, tem influência fundamental na formação da sociedade atual, marcada pela desigualdade social. O cotidiano, a vida que se realiza no dia-a-dia, submetida a uma estrutura econômica, social e política, nos serve aqui para tentar explicar como a cidade materializa os interesses de uma sociedade marcada pela exploração, pela desigualdade e pela luta por sobrevivência e liberdade. Dentro desta ordem rígida surgem contextos sociais que se diferenciam, mas que permanecem controlados a partir de normas e procedimentos. O vivido permite esta interação e esta tentativa de fuga, mas que permanecem abafados, sob a “homogeneidade” da vida urbana.

Além disso, é na cotidianidade vivida que surge a possibilidade de transformação social e de luta por justiça social. Esta dimensão permite que surjam grupos de resistência, grupos de pessoas que percebem seu cotidiano e o negam. Estes grupos se multiplicam na atualidade, sob a forma de ONGs, movimentos sociais, como forma da sociedade de participar diretamente da distribuição, ou da contestação, da geração da riqueza e do poder.

Determinados movimentos sociais de cunho urbano caracterizam a *“resistência à imposição de uma cidade como mercadoria, construída a partir de consensos que despolitizam as mobilizações, reforçam o reclamo referente ao direito à Cidade e à justiça social”* (MARTINS, 2009, p. 34). O cotidiano, portanto, nos permite o olhar próximo da realidade, do vivido, e se expressa como campo de luta a partir de sua negação (Foto 03).

Foto 3 – Cena do Filme Hiato – 2000



Fonte: site youtube.com

O documentário Hiato (2000) traz uma reflexão sobre o abismo entre as classes sociais do nosso país e a forma como se relacionam. O filme mostra o grande hiato entre as classes, quando movimentos sociais se organizaram para uma visita a um famoso shopping em São Conrado, na zona sul da cidade, com lojas de grifes nacionais e internacionais, e sofreram forte repressão policial, além de serem rechaçados também por lojistas e frequentadores do shopping.

2.6 – O direito à cidade

O espaço urbano é a marca da sociedade que o produz, sendo constantemente transformado. A produção do espaço capitalista gera conflitos e contradições, conforme nos aponta Carlos (2006, p. 286) quando diz que *“o conflito é produto da contradição entre o espaço vivido como valor de uso e o espaço que se reproduz, tendencialmente, como valor de troca; um conflito que se desenvolve na vida cotidiana e se manifesta como problema espacial. (...) Esse conflito é prático (social)”*.

Se a cidade e o urbano têm a capacidade de influenciar na organização da sociedade no espaço urbano, é necessário que se discuta o acesso aos diferentes equipamentos urbanos, ao lazer, a reunião, a informação pelos diferentes atores sociais, e como este acesso se dá de forma desigual. A cidade reproduz e expressa, portanto, toda a

desigualdade existente na sociedade capitalista, e o direito à cidade fica assim comprometido.

De acordo com Buonfiglio (2007, p. 01) “*o conteúdo radical do direito à cidade nos abre uma perspectiva de análise da cidade como objeto de luta*”. A cidade, a vida cotidiana e o imaginário social vindo desta cotidianidade abrem um campo para discutirmos o direito à cidade, tanto por meio material, com implantação de infra-estrutura urbana e moradia digna, quanto por meio imaterial, através da luta de cada grupo pela produção do seu próprio espaço. (MARTINS, 2009, p. 34)

O que entendemos aqui como direito à cidade, como direito à vida urbana, direito aos equipamentos urbanos, ao controle do território, direito à atividade criadora, simbolismo, à atividades lúdicas. O direito a cidade deve passar pela participação na formação do território e pela real apropriação do grupo social sobre o território que ele ocupa. O direito à cidade “*deveria modificar, tornar mais concretos e práticos os direitos do cidadão, tornado cidadão, usuário de múltiplos serviços*” (LEFEBVRE, 1991, p. 8).

O direito à cidade é visto como uma utopia, ou utopiano, como aponta Lefebvre (2008, p. 34), algo que deve ser constantemente buscado, desejado, pensado à perfeição. Segundo Harvey (2006, p. 239-240) a alternativa que corresponde melhor a contemporaneidade é a busca por um utopismo espaço-temporal (utopismo dialético), onde “*a produção do espaço e do tempo terão de ser incorporadas ao pensamento utópico*”. Negando teorias utópicas que vêem o espaço como uma forma espacial fixa, como uma produção pensada e desenvolvida pelos atores sociais dominantes e pelo Estado, Lefebvre e Harvey apontam que a produção do espaço deve permanecer uma possibilidade aberta. O direito à cidade deve ser incluído no planejamento urbano, mas para que seja efetivo é necessário que ocorram profundas mudanças nas relações sociais, incluindo o modo de produção (LEFEBVRE, 2008, p. 34).

O que queremos enfatizar nesta discussão é o quanto é importante o domínio e a apropriação do território pelos usuários desse espaço. Já demonstramos aqui o quanto é importante esta apropriação para a

utilização do espaço como um instrumento. Lefebvre (1991, p. 104) chama a atenção para a necessidade criadora, de obra, de concepção do espaço de moradia, de convívio e de reunião. Neste sentido, concordamos com Harvey (2009, p. 3) quando diz que não é possível solucionar os problemas urbanos e os conflitos pelo solo urbano se não for garantida a participação dos cidadãos nos processos de produção e configuração das cidades, e que o direito à cidade envolve, portanto, o direito de participar da produção e da reprodução do tecido urbano de forma a atender as necessidades da massa da população.

A questão do direito à cidade passa, portanto, pela luta dos diferentes grupos sociais pelo domínio e apropriação do espaço urbano nas grandes cidades capitalistas. Desta luta surgem espaços segregados e locais onde surgem pequenas formas de resistência. A luta das classes por melhores condições também envolve naturalmente a busca pela melhor localização espacial e a utilização dos equipamentos urbanos.

O espaço urbano capitalista, hoje, é marcado por essas características: uma aparente ausência de ordem, mas uma tendência à homogeneidade e ao mesmo tempo à diversidade (hierarquia) dos lugares, ou a homogeneidade do todo e a diversidade das partes, que se contrapõem na cidade e evidenciam uma relação dialética. O urbano é local de conflito entre classes sociais que disputam a apropriação do espaço, *locus* das relações sócias de produção, que geram grande desigualdade na organização do espaço.